

Interpretação e produção de evidência(s)

Interpretation and evidence(s) production

GRECIELY CRISTINA DA COSTA*

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ - UNIVÁS

RESUMO

Em busca de compreender o processo de produção de evidência em um sujeito da contemporaneidade, em meio à segregação, retorno, neste trabalho, algumas reflexões sobre subjetividade e subjetivação. O objetivo é investigar, a partir do processo de subjetivação, a relação entre interpelação, identificação e interpretação. Para tanto tomo o discurso do sujeito falcão como observatório. Em *Falcão – Meninos do Tráfico*, MV Bill entrevista meninos que trabalham para o tráfico de drogas e, ao perguntar a um deles *o que é ser bandido*, o sentido explicitado de bandido desloca o significado já naturalizado do dicionário, por exemplo; explícita, ainda, o sem-sentido. Por isso pergunto: *e quando o sentido da interpretação (não) faz sentido?*

PALAVRAS-CHAVE: Interpelação. Identificação. Interpretação.

*Sobre a autora ver página 25.

ABSTRACT

Trying to understand the production of evidences in a contemporaneous subject, touched by the segregation, I retake, on this paper, some reflections on 'subjetividade' and 'subjetivação'. The aim here is to investigate, having as a starting point the process of 'subjetivação', the relation among interpellation, identification and interpretation. To do that, I consider the discourse of the subject 'falcão' as an observatory. In "Falcão – Meninos do Tráfico", MV Bill interviews boys that work to the drug traffic and while asking one of them if he was a gangster, the meaning for gangster that has been shown is other than the one that has been naturalized by the dictionary, for example; the non-sense is also shown. Taking all these in consideration, I ask: And when the meaning of interpellation does really make sense?

KEYWORDS: *Interpellation. Identification. Interpretation*

1 Introdução

Não há sentido sem interpretação
(E. Orlandi)

Trago para esta reflexão uma das formulações fundamentais da Análise de Discurso: “Diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (ORLANDI, 1996, p. 30). O efeito de evidência dos sentidos é produzido pela ideologia. Pela ideologia se naturaliza o que é construído pela história como se a relação entre linguagem/pensamento/mundo fosse direta. Todavia, ao interpretar, o sujeito é afetado pelo inconsciente, isto é, pela relação entre linguagem/interpretação/ideologia o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência de tudo que diz, significa. De acordo com Orlandi, *não há sentido sem interpretação*. “O mecanismo da interpretação é pois parte do funcionamento ideológico da linguagem” (p. 152). Esse mecanismo convoca o Outro em cada gesto interpretativo, em cada esquecimento que constitui o sujeito. O que

significa dizer que há uma forte relação entre ideologia e inconsciente na constituição dos sentidos (e de sujeitos) e a linguagem é lugar dela.

O que me interessa com a formulação acima – que não pode ser esgotada em meu investimento – é reforçar o que para a perspectiva discursiva não pode ser perdido de vista: *a relação entre língua(gem), discurso e ideologia no processo de subjetivação do indivíduo, no processo de significação de sentidos*. E a questão que me inquieta, neste momento, diz respeito justamente ao modo como um sentido é produzido como evidente por um determinado sujeito e de certa maneira não faz sentido para outros. Isso já é um efeito dos processos de significação que têm a ver com a ocupação de posições discursivas diferentes, de formações ideológicas interpelando o sujeito também diferentemente e o identificando com um também determinado sentido. Porém, o que me toma nesta indagação é o fato de o sentido produzido pelo/no discurso do sujeito falcão – como veremos adiante –, além de provocar estranhamento, explicita o sem-sentido. Por isso pergunto: *e quando o sentido da interpretação (não) faz sentido?* Em busca de compreensão, retomo algumas reflexões sobre subjetividade e subjetivação antes de observar os efeitos produzidos pela relação linguagem/discurso/ideologia na interpretação.

2 Subjetividade e subjetivação

É crescente o número de teóricos e de teorias que se debruçam sobre a questão da subjetividade e concebem a subjetivação de maneiras diferentes. O que se nota é que no centro de algumas discussões se colocam: a modernidade num estado avançado de erosão (cf. ROLNIK, 1995); o vazio da subjetividade e o vazio de sentido (cf. GUATTARI, 1990); o funcionamento de uma nova economia psíquica (cf. MELMAN, 2003); o esgotamento do Estado-Nação como pan-instituição doadora de sentido (cf. LEWKOWICZ; CANTARELLI, 2003) etc. De certa forma o que une esses trabalhos, além da questão da subjetividade, é o debate desta última na relação com a contemporaneidade, com a sociedade e a problematização do surgimento de novos “modos” de subjetivação, novas formas de existência.

O Grupo dos Doze, coordenado por Lewkowicz e Cantarelli (2003), desenvolve uma reflexão que se sustenta na afirmação de que os Estados Nacionais vêm se esgotando. Este trabalho indica que esse esgotamento provoca alterações contemporâneas observadas na subjetividade, que instalam subjetividades fragmentadas e fragmentos. O que mais chama a atenção nesta reflexão consiste nas afirmações de que o Estado Nação não é mais a instância dominante produtora de subjetividade, doadora de sentido e a de que o mercado passa a desempenhar o papel do Estado Nação. Com essa transposição, segundo esse grupo, a subjetivação como operação capaz de intervir sobre a subjetividade instauraria outras estratégias de subjetivação: habitar, desacelerar, suspender. De modo geral, o que defende este estudo é que vivemos em uma era sem solidez, na qual o mercado neoliberal é um meio fluido e a produção de realidade não se baseia mais na repressão, em jogo está a dispersão. “Em um meio fluido como o neoliberal, não existe espaço, tempo e sim velocidade e aceleração” (LEWKOWICZ; CANTARELLI, 2003, p. 52).

Os recentes estudos de Orlandi (2005, 2006, 2007) se contrapõem à principal tese do Grupo dos Doze. De acordo com a autora, o Estado, embora enfraquecido, existe e exerce seu poder articulador simbólico e político em sua falta, produzindo o sem-sentido, que é uma forma de significar no já-significado.

Um outro autor que também desenvolve a tese de um novo e, neste caso, em relação ao sujeito, é Melman (2003). Este autor acredita que a sociedade de hoje vive sob a ordem de uma nova economia psíquica, que consiste em uma mutação “que nos faz passar de uma economia organizada pelo recalque a uma economia organizada pela exibição do gozo” (p.16). Segundo ele, há uma nova forma de pensar, de julgar, de comer, de casar, de viver a família etc., ou seja, novos modos de subjetividade. Em síntese, o autor reflete sobre a existência de um homem novo, que para ele, é um homem sem gravidade.

Percebe-se até então que Lewkowicz e Cantarelli (2003) propõem um “novo” a partir de uma nova organização social fundamentada

no mercado fluido neoliberal, enquanto Melman (2003) sustenta o seu “novo” segundo uma diferente natureza psíquica. Uma nova sociedade, um novo homem na/da contemporaneidade? Levando em conta o que consideram esses dois autores, o espaço do tráfico de drogas pode ser pensando como meio fluido? O menino envolvido com o tráfico se configura como homem sem gravidade?

Rolnik (1997) também parte do princípio do novo para desenvolver a ideia de criação de existência. Segundo a autora, a atualidade é portadora de um imenso potencial de criação na existência individual e coletiva. Esta afirmação corrobora o mesmo posicionamento de Guattari (1990) ao relatar a existência de singularidades isoladas. Entretanto, a reflexão de Guattari suscita, com isso, uma questão bastante pertinente. Como se poderá ver logo abaixo, ele assevera a necessidade de ruptura de sentidos, enquanto Rolnik inclui o estranho-entre-nós para pensar a irrupção de significados.

Em *As Três Ecologias*, Guattari (1990) discute a relação indissociável entre o que ele chamou de ecologias, a do meio ambiente, a mental e a social, que configurariam três dimensões da realidade. Ecologias que, para ele, atualmente sofrem os mesmos efeitos de degradação. Guattari sugere que a degradação mental e social está ligada ao vazio da subjetividade, ao vazio de sentido. Rolnik (1997), em *A Ética do Real*, aponta o que, para o autor, seriam as causas deste vazio:

- a exacerbação da produção de bens materiais e imateriais, em detrimento da consistência de territórios existenciais individuais e coletivos;
- o crescimento de recursos técnico-científicos, acompanhados, no entanto, de uma degradação irreversível dos operadores de regulação social;
- o fato da enunciação subjetiva se colocar cada vez mais necessária com o desenvolvimento das máquinas produtoras de signos, de inteligência artificial, etc., de ser cada vez mais necessário o apelo a uma produção subjetiva criacionista, a uma inteligência de iniciativa. Mas tudo isto em prol da produção de uma subjetividade a serviço do que Guattari chama de CMI (Capitalismo Mundial Integrado, o capitalismo pós-industrial),

em prol da produção de agregados subjetivos maciços, o que implica que seja travada qualquer proliferação criativa (p.2).

Na base das causas desta degradação, pode-se dizer que está a relação entre a produção da subjetividade e o capitalismo. O que Guattari (1990) anuncia é que um certo tipo de subjetividade é condição para o funcionamento do capitalismo, um tipo de subjetividade econômica, uma subjetividade dominante.

O que me toma na reflexão de Guattari (1990) é o olhar que o autor lança para a degradação da vida em detrimento do avanço das tecnologias, da informática, da mundialização do mercado. O seu olhar não reflete um posicionamento pessimista em relação a essas formas existentes de avanços gerados pelo capitalismo tampouco projeta soluções idealizantes, romantizadas para uma espécie de salvamento da “natureza perdida”. E ainda coloca o mercado como uma das práticas capitalistas. Nesse sentido, contraria a ideia do Grupo dos Doze e Orlandi (2007), que considera o mercado como uma formação discursiva do discurso da mundialização, fruto do capitalismo. É conforme a compreensão do processo de produção das formas de realidade – o que o autor chamou de micropolítica – considerando o conflito, a alteridade e a diferença, que Guattari propõe que se assumam as rupturas de sentido, pois existem singularidades isoladas, catalizadores existenciais que pedem a produção de sentido, a invenção de novas formas de existência, ou seja, precisam se efetuar. Segundo o autor (*apud* ROLNIK (1997), p. 4), “o inconsciente só fica agarrado a fixações arcaicas enquanto nenhum engajamento o faz projetar-se para o futuro”.

Esses valiosos apontamentos de Guattari e Rolnik são importantes à medida que volto a uma de minhas questões: *a produção de evidência de sentidos na contemporaneidade estaria afetada por rupturas derivadas de novas formas de existência?* O que Guattari chama de novas formas de existência poderiam ser pensadas discursivamente como *forma-sujeito-histórica?*

A Análise de Discurso trabalha com a noção de forma-sujeito-histórica desenvolvida por Pêcheux (1975), que se configura como capitalista. No processo de subjetivação descrito por Orlandi (2001), o

indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, no simbólico, processo que resulta na forma-sujeito-histórica. O indivíduo já sujeito na forma histórica é individualizado pelo Estado e suas instituições. Haroche (1984) aponta uma mudança na forma-sujeito do feudalismo para a do capitalismo. Na época medieval a religião determinava o modo como o sujeito se constituía submisso à Igreja. No capitalismo, o jurídico organiza, determina um sujeito contraditório, dividido entre deveres e direitos, um sujeito que tem a ilusão de ser livre e responsável. Sensível a essa formação social, o que se destaca da posição de Rolnik (1995), sobretudo, é o que ela retoma sobre o modo de subjetivação que predomina até hoje. Nas palavras da autora,

homem, forjado no século XIX, ainda predomina hoje: embora ele esteja indo mal, e o mundo que ele inventou esteja passando por uma crise, que se agrava a cada dia, o tipo de sociedade que vivemos hoje já não existiria se este não fosse mais o modo de subjetivação dominante [...] as sociedades capitalistas [...] o que define este modo de subjetivação, como vimos, é a ilusão de completude, imagem de uma ordem igual a equilíbrio, ou seja, de exclusão do estranho-entre-nós como fonte de invenção de novos rumos, fontes de diferenciação (HAROCHE, 1984, p. 57).

Talvez o que Guattari assinala sobre novas formas de existência decorrentes da degradação provocada pelo capitalismo não se configure como novas formas de sujeito. Levando em conta uma recente reflexão de Orlandi (2007), em que a autora reafirma o papel do capitalismo na determinação de nossa organização social atual – a forma-sujeito-histórica capitalista – na constituição do sujeito e aponta o enfraquecimento do Estado no processo de individualização¹, a questão posta por Guattari

¹ Em minha pesquisa de mestrado (COSTA, 2008), observo o processo de subjetivação de dois indivíduos: o menor envolvido com o tráfico de droga e o presidiário. Análiso a constituição do sujeito falcão e do sujeito preso a partir do modo como interpretam o espaço em que vivem, suas atividades, como se identificam nos documentários *Falcão – Meninos do Tráfico* e *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, respectivamente. Cheguei à conclusão de que a produção de evidência nos dois sujeitos, em relação ao seu lugar no mundo, se produz diferentemente para ambos. Para o sujeito preso a cadeia é significada como casa, lugar de trabalho. Para o sujeito falcão podemos dizer que, interpelado pela ideologia do trabalho, ele é identificado como instrumento da “firma” tráfico de drogas. O que ainda me inquieta profundamente neste processo é o fato de que no momento da individualização desses sujeitos o Estado e suas instituições faltem e ainda funcionem pela sua ausência, porque embora ausentes, são presentificados. O que funciona, nestes casos, é um espaço político-simbólico. Porém, há muito que investigar sobre este espaço. O espaço da cadeia individualiza o sujeito preso como habitante, morador, trabalhador. Por outro lado, foge do espaço

residiria neste processo, em que, da individualização do sujeito contemporâneo, resultaria a “necessidade” de irrupção de sentidos outros. Porque os mecanismos de individualizar seriam também outros, individualizariam à sombra do Estado. Portanto, esse “novo” pode ser o próprio modo de individualizar o sujeito. Desta maneira, estaríamos diante de novas formas de existência, ou melhor, de sentidos outros, decorrentes de novos modos de individualizar a mesma forma-sujeito-histórica, que é, ainda, capitalista.

Rolnik (1997), em *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura*, a partir de um olho vibrátil, propõe pensar a subjetividade além de uma pele confortável em sua superfície plana, quieta, estável. Segundo a autora, “o que vislumbramos da subjetividade é o perfil de um modo de ser – de pensar, de agir, de sonhar, de amar etc. – que recorta o espaço, formando um interior e um exterior” (p. 1), que nos preserva, a partir da superfície da pele, uma compacta aparência de quietude. Por outro lado,

a densidade desta pele é ilusória e efêmero é o perfil que ela envolve e delinea. A pele é um tecido vivo e móvel, feito das forças/fluxos que compõem os meios variáveis que habitam a subjetividade: meio profissional, familiar, sexual, econômico, político, cultural, informático, turístico, etc. (ROLNIK, 1997, p. 1).

Tomando emprestada a palavra da autora, no plano da pele a se misturar uma inquietação que se agita como se o dentro e o fora comessem a se tocar e a mostrar-se fora de lugar ou de foco. É começo do desdobrar dessa pele, causado por novo diagrama: ela se dobra, fazendo uma espécie de curvatura. “Surpresos, vemos emergir no interior desta dobra, o cenário de todo um modo de existência. É como se o diagrama que dá à pele sua atual tessitura, tivesse se corporificado num microuniverso” (p. 2).

Um perfil seguro da subjetividade dá lugar à ameaça aos viciados em identidade e à presença de um mal-estar (ROLNIK, 1997, 1995a).

do tráfico a individualização do sujeito falcão como habitante. Ele não mora, ele *vigia e toma conta da favela, tá no tráfico noturno*.

Ambos ligados à necessidade de estabilização a qual a dobra da pele compromete. A curvatura da pele explicita que o fora é um “sempre outro do dentro”, seu devir. Ela pode deslocar-se e corromper a estabilidade da superfície, de formas instituídas. E com isso, instaura a presença de um estranho entre nós (ROLNIK, 1995b). Devo dizer que entendo que o que se ameaça é um mundo semanticamente normal (PÊCHEUX, 1988) de que o indivíduo tanto necessita para ilusoriamente se sentir protegido, uno, dono de seu dizer, de sua vontade e de si.

O que me parece é que Rolnik compartilha com Guattari a ideia de novas formas de existência e ainda propõe pensar o que chamou de estranho entre nós como uma experiência de ruptura do sentido vigente.

A partir dessas leituras proponho pensar esse estranho como o Outro do interdiscurso na relação como o não-sentido e o sem-sentido, pois, conforme Orlandi (1998), o não-sentido é da “instância do interdiscurso, da relação como o Outro, domínio da memória em que há movimento possível do sujeito e dos sentidos [...] o não-sentido é disponibilidade de sentido e não vazio” (p. 63). Com efeito, o que se tenta reprimir é o Outro que nos habita. Já o sem-sentido “deriva do efeito imaginário, o que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro”. A repressão do estranho poderia ser entendida em relação ao sentido irrealizado, que ainda não significa, porque enquanto sem-sentido é sentido possível, mas é interditado. “É porque o sentido foi interditado que aparece na história como algo que não vale: fica sem sentido, mesmo porque já teve sentido” (ORLANDI, 2002, p. 56). Para Orlandi (2007), o sujeito falcão está no sem-sentido, no “abismo social em que ele vive, preso da fragmentação, ele não consegue, nem por um átimo, constituir uma situação. Ele é apenas um fragmento. Descartável” (p. 11).

A partir, ainda, dessas distintas reflexões, questiono falcão: um sujeito no meio fluido destituído de subjetividade por não habitar, não suspender nem desacelerar, um menino sem gravidade caracterizado como monstro, um estranho-entre-nós, uma ruptura de sentido decorrente de singularidades isoladas, uma “nova” forma-sujeito-

histórica? Para mim, por enquanto, um sujeito que se significa/se identifica em outros sentidos que são explicitados pelo/no processo de individualização, que tem como mecanismo individualizador um diferente. Um sujeito que explicita em seu discurso sentidos (ainda) estranhos e interditados.

3 Teoria não-subjetiva de subjetividade e processo discursivo de subjetivação

Benveniste (1966) inclui nos estudos da linguagem uma noção de sujeito. O autor propôs pensar a subjetividade a partir da enunciação em que, para ele, há a relação de eu com um tu, em que o tu é nada mais que uma figura da enunciação. Com isso essa perspectiva de fato se diferencia do modo como os estudos discursivos trabalham. A teoria da enunciação sustenta a noção subjetiva de sujeito ao considerar este último como centro e origem do dizer. Trata-se de uma noção idealista de sujeito. Em contrapartida, Pêcheux (1975) critica a ideia de centramento do sujeito e defende uma noção não-subjetiva de subjetividade, o que implica considerar o tu, o Outro, como alteridade constitutiva de um eu. Com efeito, nesta posição, a subjetividade permite compreender como a linguagem acontece no homem no processo de subjetivação do indivíduo, a partir de uma perspectiva materialista. Pensando o deslocamento homem/sujeito, a subjetividade é o acontecimento da estrutura significante no homem, ou seja, é como a língua – sujeita ao equívoco – acontece no homem.

E ainda, de acordo com Pêcheux (1975, p. 134),

O terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a *teoria (materialista) dos processos discursivos* e, por essa via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar a outra imagem, unir os fios entre si. (grifos do autor).

O processo de subjetivação inclui a identificação, a interpelação e a individualização na constituição do sujeito. Como disse acima, o

indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito. Ao ser interpelado, a partir de uma interpretação, se identifica ou é identificado em um sentido. Daí deriva sua compreensão do mundo atrelada a um sentido produzido como evidente. O sujeito se identifica em um sentido e não em outro, em uma formação discursiva (FD) se reconhece de um modo e não de outro. Nesse jogo de identificação e reconhecimento, como compreender a filiação do sujeito a um sentido que não faz sentido? Não-sentido? Sem-sentido?

O indivíduo já-sujeito constitui a forma-sujeito-histórica. E nesse movimento do processo de subjetivação o sujeito é individualizado, resultando em *sujeito individualizado*. Chamo a atenção para estes movimentos, que são inseparáveis, para pensar a relação entre a interpretação e a individualização. Isto implica compreender como os sentidos são produzidos, ou seja, como a ideologia funciona na interpelação do indivíduo e o modo como esses sentidos são explicitados por “novos” modos de individualizar o sujeito na relação com a sociedade.

Como se dá a produção de evidência, pela interpretação? Essa pergunta me leva a observar o funcionamento ideológico da interpelação em busca de compreender como ao interpretar o menino falcão produz um certo sentido que provoca estranhamento.

4 O trabalho da interpretação e a produção de evidência

Passei por autores que nomeiam a contemporaneidade, a identificam na modernidade, na pós-modernidade, como uma nova sociedade de consumo, produtora de uma subjetividade marcada pela produção econômica capitalista dominante, uma sociedade de mercado. Situa o sujeito na relação com novos sentidos a irromper. O que de fato quis com a retomada dessas leituras é expor o sujeito com o qual me preocupo em seu processo de subjetivação/constituição, em sua produção de subjetividade, em condições de produção que é afetado por uma só

tecnologia, a de armas; afetado pelo consumo excessivo de entorpecentes; atravessado pela violência; que vive sob distintas relações sociais, nas quais se constitui uma sociedade segregada; o sujeito que vive em meio a sentidos interditados, os sem-sentidos; o menino falcão do tráfico de drogas. O sujeito que abaixo interpreta: *o que é ser bandido pra você?*

Bill: o que é ser bandido pra você?

De verde: Pô, ser bandido pra mim é procurar conviver com todo mundo, agir da melhor forma, nós não podemos vacilar. Ser bandido pra nós é o que nós tamos fazendo aí, nós tamos correndo atrás do nosso ganha-pão aí, ajudando, fortalecendo nossa família, porque nós não podemos deixar nossos filho morrer de fome. Ser bandido pra mim é ser um homem sagaz, do jeito que nós é (BILL; ATHAYDE, 2006, p. 180).

MV Bill e Celso Athayde filmaram e entrevistaram meninos que “trabalham” no tráfico de drogas – nomeado por estes como firma – em diferentes cidades brasileiras. A pergunta e resposta acima surgiram no momento em que vários meninos estavam em uma sala, sentados no chão, separando e embrulhando a droga em quantidades pequenas para ser vendida, como se vê no documentário. É neste momento que MV Bill pergunta para um dos meninos (De verde) o que é ser bandido para ele, como se dissesse: *defina bandido*. O que difere de *o que você acha que significa bandido?* Ou, *você sabe o que é bandido?*

Na pergunta há a presença de dois verbos em sequência que remetem à existência, a um estado. Eles somam forças e materializam uma afirmação: *é ser*. Num questionamento direto o verbo *ser* na forma indicativa do presente seguido por sua forma indicativa convoca uma evidência: *o menino é*. Por isso pode definir. Pensando no movimento das formações imaginárias, especificamente, na imagem que o entrevistador constrói do entrevistado, pode-se dizer que o entrevistador antecipa a imagem do entrevistado como bandido, isto é, projeta a imagem do falcão enquanto bandido. Esse dizer se materializa na medida em que a pergunta se estrutura na sequência dos dois verbos. Existência, estado

e afirmação consolidam esta imagem. Constrói-se a imagem do menino no estado bandido, no existir bandido. Ele é identificado como bandido nesse discurso.

Por outro lado, longe de reproduzir dizeres já naturalizados sobre bandido, o menino desestabiliza um mundo semanticamente estável com uma definição/interpretação que não faz sentido em nossa organização social. Em sua reposta, um sujeito recorta um mundo particular (pra mim), em que ideias como a da busca pela convivência e a de boa conduta significam o que é ser bandido. Em nome de um nós parece descrever a atividade de bandido, isto é, a atividade de endolar a droga – *o que nós tamos fazendo aí* – vai definindo/determinando também o ser bandido. Contraditoriamente, o *nós tamos fazendo aí* se significa como *correndo atrás do nosso ganha-pão aí* e não a prática de um crime. Pode-se dizer que os sentidos explicitados no discurso deste sujeito provocam estranhamento, porque ser bandido é significado como *ajudando, fortalecendo nossa família* para não deixar um filho morrer de fome, *é ser um homem sagaz*. Desloca-se o sentido de bandido explicitado, por exemplo, no dicionário. No Aurélio, bandido aparece como: *sm.* 1. Malfeitor. 2. Pessoa de maus sentimentos (FERREIRA, 2005, p. 165). E essa definição, sim, faz sentido em nossa organização social.

Em funcionamento a contradição, porque, no processo de identificação, o sujeito não se identifica ao sentido de bandido como malfeitor, como pessoa de maus sentimentos, ou seja, contraria o discurso do dicionário. Com efeito, a FD em que se inscrevem os significados de bandido tais como explicitados no discurso do sujeito falcão não é a mesma em que se ancoram os do dicionário. Desta forma, duas formações discursivas contraditórias. Porém, o sentido que emerge de uma, a materializada no dicionário, faz sentido para uma sociedade que é interpelada sob a evidência de uma homogeneidade.

Poder-se-ia reproduzir a estrutura lexicográfica da seguinte maneira: Bandido *sm.* 1. Procura conviver com todo mundo. 2. Age da melhor forma. 3. Ajuda, fortalece a família. 4. Corre atrás do ganha-pão. 5. Homem sagaz? Não sem provocar estranhamento! Não sem romper com certos sentidos, refletindo sobre o que discute Guattari (1990)!

Não sem desestabilizar a ordem e provocar o mal-estar a partir da explicitação da diferença, pensando no que acentua Rolnik (1995a)!

À tona, no discurso do sujeito falcão, o sem-sentido. Um sentido possível, mas que não remete a uma memória “válida”.

Em nossa sociedade os dizeres marcados na interpretação do sujeito falcão poderiam delinear, definir a figura do trabalhador. Facilmente se substitui, no enunciado acima, bandido por trabalhador: *Pô, ser trabalhador pra mim é procurar conviver com todo mundo, agir da melhor forma, nós não podemos vacilar. Ser trabalhador pra nós é o que nós tamos fazendo aí, nós tamos correndo atrás do nosso ganha-pão aí, ajudando, fortalecendo nossa família, porque nós não podemos deixar nossos filho morrer de fome. Ser trabalhador pra mim é ser um homem sages, do jeito que nós é.* Todavia, esse sentido é interdito. A memória na qual ele se sustenta não vale. Nossa organização social pautada nas relações sociais que mantém não permite que bandido seja identificado, significado como trabalhador, *o que nós tamos fazendo aí*, ou seja, preparando drogas para a venda, não é de modo algum, considerada uma atividade profissional. Nossa sociedade não reconhece, não atribui a essa atividade o valor de trabalho, enquanto o sujeito ao configurar um sentido para bandido, o significa como trabalhador. A ideologia do trabalho é a que interpela esse indivíduo em sujeito? Para ele é evidente, normal, transparente esse sentido. Com efeito, sua interpretação fica sem-sentido, não faz sentido para a sociedade que o segrega, o interdita. Como assegura Orlandi (2007), a sociedade impede que o sujeito falcão faça parte da significação, assim ele (in)significa.

5 Para terminar...

No gesto de interpretação do sujeito falcão salta aos olhos o modo como o político vai se textualizando na linguagem e dividindo a significação, porque o sentido não é transparente, tampouco fechado. Embora o sujeito acredite que o são. Os sentidos são postos em movimento na história a partir da ideologia. No discurso materializa-se a ideologia, em outras palavras, a materialidade da ideologia é o

discurso. E a materialidade do discurso é língua. E a interpretação põe em movimento o político.

O sujeito falcão é um dos sujeitos contemporâneos que estão à margem de sentidos, à margem de uma sociedade – talvez pudesse chamá-la de subjetividade dominante (cf. GUATTARI, 1990)–, mantendo outras relações sociais, estabelecendo outros vínculos, enfraquecendo certos laços sociais (GUGLIELMI; HAROCHE, 2005) na constituição de outros grupos (KAËS, 2005). E para que o seu sem-sentido possa significar é preciso que se efetuem rupturas de sentidos.

Entre as muitas questões que coloquei – e, para quais (quase) não tenho respostas, apenas hipóteses, inícios de compreensões, olhares, inquietudes – resalto: como compreender o lugar do político na individualização do sujeito, ou ainda, como o interpretar tem a ver com o individualizar, como “novos” modos de individualização?

E para terminar o começo de um, acredito, produtivo debate, trago três outras formulações fundamentais para os estudos discursivos: “1) Só há prática através de e sob uma ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”; (ALTHUSSER *apud* PÊCHEUX, 1975, p. 149); 3) “Só há causa daquilo que falha” (PÊCHEUX, 1975, p.149).

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005. Edição original: 1966.

BILL, MV; ATHAYDE, C. **Falcão – Meninos do Tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

COSTA, G. C. **Linguagens em funcionamento: sujeito e criminalidade**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2005.

GATTARI, F. **As Três ecologias**. Campinas, Papyrus, 1990.

GUGLIELMI, G. J.; HAROCHE, C. (Org.). Avant-Propos. In: **Esprit de Corps, Démocratie et Espace Public**. Paris: PUF, 2005. p. 5-11.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1984.

KAËS, R. La métaphore du corps dans les groupes, les réciprocités métaphoriques du corp et du groupe. In: GUGLIELMI, J. G.; HAROCHE, C. (Org). **Esprit de Corps, Démocratie et Espace Public**. Paris: PUF, 2005. p. 91-116.

LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M.; GRUPO DOZE. **Do fragmento à situação: anotações sobre a subjetividade contemporânea**, 2003. Tradução inédita de Maria Onice Payer e Romualdo Dias, 2006.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O Sujeito discursivo contemporâneo: um Exemplo**. Texto apresentado no II SEAD. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ORLANDI, E. P. À Flor da Pele: Sociedade e Indivíduo. In: MARIANI, B. (Org). **A Escrita e os escritos: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 21-30.

_____. Violência e processos de individualização dos Sujeitos na contemporaneidade. Texto apresentado no **I CIAD – Colóquio Internacional de Análise de Discurso**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

_____. Do não sentido e do sem sentido. In: JUNQUEIRA FILHO, L.C.U. (Org). **Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 57-65.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. Edição original: 1975.

ROLNIK, S. O mal-estar na diferença. In: **Anuário Brasileiro de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n. 3, p. 97-103, 1995a.

_____. Subjetividade e História. **Rua**, Campinas, n. 1, p. 49-61, 1995b.

_____. Toxicômanos de Identidade: Subjetividade em Tempo de Globalização. In: LINS, D. (Org.). **Cultura e subjetividade**. Sabores Nômades. Campinas: Papirus, 1997. p. 19-24.

_____. Uma insólita viagem à subjetividade fronteiras com a ética e a cultura. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>>. Acesso em: 20/04/2008.

_____. Uma ética do real. 1997. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>>. Acesso em: 20/04/2008.

Recebido em abril de 2011.

Aprovado em agosto de 2011.

SOBRE A AUTORA

GRECIELY CRISTINA DA COSTA é Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2011), com estágio sanduíche na Universidad de Buenos Aires, Argentina (2009), e na Université de Paris 13, em Paris, França (2010). Atualmente é professora da Universidade do Vale do Sapucaí - Univás, atuando como professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Entre seus temas de pesquisa, destacam-se Discurso, espaço urbano e linguagem.
E-mail: greciely@gmail.com